

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INCLUSÃO DE UMA ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Eliane Medeiros Costa <sup>1</sup>  
Flairlane Silva Cruz <sup>2</sup>  
Maria Francisca Máximo Dantas <sup>3</sup>  
Stephanie Isabel Costa de Azevedo <sup>4</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido no âmbito do Programa de Monitoria Inclusiva da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), vinculado ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG) /Campus Cuité-PB. Os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação que desejam ser atendidos pelo NAI e receber apoio de um/a monitor/a inclusivo são acompanhados por um/a estudante monitor/a e um/a profissional orientador durante cada período letivo. Neste artigo abordaremos a vivência de um trabalho colaborativo realizado com uma estudante do curso de Ciências Biológicas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) junto a equipe do Núcleo de Serviço Social, Núcleo de Psicologia, monitores inclusivos, orientadora e colaboradores do Programa de Monitoria Inclusiva. Utilizou-se como método de análise o relato de experiência de natureza qualitativa, a partir da vivência dos envolvidos. Para a coleta de dados foram utilizados os relatórios do programa de monitoria inclusiva, instrumentais técnicos dos Núcleos de Serviço Social e Psicologia, registros oficiais do NAI e relatos dos envolvidos nesse trabalho colaborativo. Considera-se que além de garantir o acesso das pessoas com deficiência transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação ao Ensino Superior, é preciso pensar, refletir, dialogar e construir estratégias para promover a participação efetiva dos/as estudantes no contexto universitário e sua permanência com sucesso até a conclusão do curso. Considerando o crescente aumento de estudantes nas Instituições de Ensino Superior, torna-se cada vez mais urgente a reflexão e o diálogo sobre a temática de educação inclusiva na tentativa da desconstrução das barreiras existentes e da promoção de uma cultura mais inclusiva e anticapacitista.

**Palavras-chave:** Estudante com transtorno do espectro autista (TEA), educação inclusiva, programa de monitoria inclusiva, núcleo de acessibilidade e inclusão, ensino superior.

---

<sup>1</sup>Orientadora do artigo: Graduada pelo Curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, especialista em psicopedagogia pela (UEPB), Psicóloga da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/CES/UFCG), vinculada ao programa de monitoria Inclusiva da UFCG como orientadora, elianemedeirosocosta@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduada pelo Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, vinculada ao programa de monitoria Inclusiva da UFCG como monitora inclusiva, swanno3021@gmail.com;

<sup>3</sup> Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Educação Inclusiva (IFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/CES/UFCG). Vinculada ao Programa de Monitoria Inclusiva da UFCG. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9760383194114691> , mariamaximodantas@yahoo.com.br.

<sup>4</sup>Graduada pelo Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, vinculada ao programa de monitoria Inclusiva da UFCG como monitora inclusiva, stephanie.isabel@estudante.edu.br;

## **INTRODUÇÃO**

Refletir e dialogar sobre o ingresso, a permanência e as formas de aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Superior tem se destacado como um desafio para as instituições de ensino superior no geral e para a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em particular.

Segundo Guimarães (2019), a trajetória da inclusão em ambientes regulares de ensino constituiu-se enquanto realidade brasileira já na década de 1990, quando foram promulgadas Leis, Decretos, Resoluções e Diretrizes. Tal conjunto de documentos oficiais busca garantir a igualdade, a equidade e o respeito à diversidade, sendo estes pilares centrais de uma perspectiva inclusiva.

Paulatinamente, a reivindicação das pessoas com necessidades especiais pelo direito de ingressar, permanecer e finalizar o seu curso vem crescendo no contexto do ensino superior brasileiro e também no Centro de Educação e Saúde (CES) Campus de Cuité-PB/ UFCG.

A construção de uma universidade inclusiva exige tanto a revisão de conceitos e preconceitos, quanto a reinvenção dos espaços de aprendizagem. Trata-se de processo cuja pactuação precisa ser coletiva e constante, tendo por base o reconhecimento da diferença, o enfrentamento dos preconceitos e o protagonismo dos/as estudantes. A partir da compreensão das diferentes necessidades especiais previstas em Lei, os gestores, professores, técnicos e estudantes podem construir estratégias de aprendizagem e desenvolvimento de dinâmicas de trabalho.

Neste contexto, o presente artigo relata a experiência de um trabalho colaborativo realizado durante um determinado período letivo, com uma estudante do curso de Ciências Biológicas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) junto a equipe do Núcleo de Serviço Social, Núcleo de Psicologia, monitores inclusivos, orientadora e colaboradores do Programa de Monitoria Inclusiva.

## **METODOLOGIA**

Utilizou-se como método o relato de experiência, o qual se refere a um método de natureza qualitativa empregado no desenvolvimento de pesquisa e da produção de conhecimento, uma vez que permite o auto relato da experiência vivida a partir da descrição dos contextos envolvidos, das ações circunscritas e da análise que se segue (Furtunato, 2018). Dessa forma, é possível que um maior número de pessoas possam ter acesso às

experiências vivenciadas, viabilizando o aprendizado e reflexões em torno de determinadas questões e temáticas.

Para coleta dos dados, foram utilizados os relatórios de atividades do programa de monitoria inclusiva, relatórios de atendimentos dos Núcleos de Psicologia e Serviço Social, registros profissionais do NAI, bem como relatos dos envolvidos. Destaca-se, sobretudo, que o ponto de partida das reflexões foram os relatos e a vivência da estudante com TEA.

No decorrer do percurso metodológico, elenca-se alguns pontos principais que nortearam as estratégias desenvolvidas: 1) O processo de escuta profissional qualificada dos assistentes sociais e da psicóloga do CES, que possibilitou conhecer as principais dificuldades enfrentadas pela estudante no contexto universitário; 2) As orientações e atendimentos individualizados realizados com estudantes monitores, professores e familiares da estudante com TEA; 3) A elaboração de estratégias de uso de novas ferramentas de aprendizagem no contexto educacional da estudante atendida; 4) Reunião com os professores antes do início do período letivo; 5) Outras estratégias que surgiram a partir das habilidades da estudante e que pudessem ser usadas como norteadora no processo de aprendizagem, a exemplo da sua habilidade para a arte, desenho e pintura.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A discussão trazida por Batista (2020) aponta que a educação inclusiva tem sido motivo de debates e reflexões no contexto educativo, uma vez que além de assegurar uma educação de qualidade para todos, também exige de todos os envolvidos dedicação e capacidade para lidar com a diversidade de capacidades e limitações que os/as estudantes apresentam. Nesse sentido, considera-se que é imprescindível se aproximar e conhecer as especificidades de cada estudante com TEA, levando em consideração o conhecimento geral da temática e as particularidades do/a estudante.

Segundo Guimarães (2019), embora ainda existam distorções e dúvidas sobre o termo oficial, atualmente, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (em inglês, DSM-V), estabelece como nomenclatura oficial o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que abarca as desordens anteriormente relacionadas ao autismo, como Autismo Clássico e Transtorno de Asperger. O TEA é considerado um transtorno do neurodesenvolvimento, devido ao seu início precoce no período do desenvolvimento e ao atravessamento no

funcionamento global (cognitivo, comportamental, social, acadêmico ou profissional) do indivíduo (American Psychological Association, 2013).

Acrescenta, ainda, que o diagnóstico de TEA é eminentemente clínico e preferencialmente multidisciplinar, envolvendo avaliação especializada de médico neurologista ou psiquiatra, bem como avaliação psicológica, neuropsicológica, fonoaudiológica e de terapia ocupacional, dentre outras possíveis. As principais características do TEA (dificuldades de comunicação e interação social, comportamentos e interesses restritos e repetitivos) são relacionadas a alterações no perfil cognitivo e sensorial dos indivíduos. Essas características podem existir em maior ou menor medida, mas não necessariamente todas estão presentes para todas as pessoas com TEA.

A Lei nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, foi sancionada no Brasil em 2012, caracterizando-se como a primeira lei brasileira de caráter participativo, escrita com participação de indivíduos diagnosticados e de pais de pessoas com autismo. Ela reconhece o indivíduo com TEA como pessoa com deficiência perante a lei, garantindo direitos referentes ao acesso à assistência, saúde, educação, moradia e trabalho. Assim, à pessoa com autismo ficam assegurados os direitos e obrigações previstos na legislação pertinente às pessoas com deficiência e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

A lei 13.146/2015, também conhecida como “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, assegura que pessoas com deficiência têm direito à igualdade e participação plena na sociedade, visando a proibição da exclusão e discriminação. O transtorno do espectro autista (TEA), categorizado como deficiência para todos os efeitos legais previsto na lei Nº12.764/12 é uma condição que afeta o desenvolvimento comunicativo, comportamental e o funcionamento social de indivíduos, variando consideravelmente de uma pessoa para outra.

Com o advento das conquistas legais, vem ocorrendo o crescente aumento no ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior, torna-se cada vez mais urgente o diálogo sobre a temática da educação inclusiva neste espaço, pautado na busca por desconstruir as diversas barreiras existentes e em especial a barreira atitudinal.

Sabe-se que ingressar no ensino superior pode ser desafiador para todos os estudantes, sendo marcado por desafios e barreiras que dificultam o acesso ao mundo acadêmico, para pessoas com TEA, existem grandes possibilidades que essa trajetória seja ainda mais complexa devido às características únicas dessa condição associadas às demandas e principalmente as mudanças de rotina impostas pela universidade, além disso, dificuldades na

participação, interações e adaptação são desafios que tendem a prejudicar ainda mais o desempenho acadêmico

Para Ferrari e Delgado (2022), é possível adotar algumas estratégias que favorecem a inclusão do estudante autista, tais como: disponibilizar programação com antecedência e avisar o estudante sobre eventuais alterações de cronograma, apoio na socialização, dilatação de tempo na entrega de atividades, utilização de tecnologia assistiva no apoio à escrita, aulas com mais informações visuais, comunicação objetiva, não utilização de figuras de linguagem, e eliminação de barreiras que causem desconforto sensorial.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante a de vigência do Edital NAI/ PRAC N° 001/2023, que trata do Programa de Monitoria Inclusiva, buscou-se desenvolver o diálogo entre a equipe com o objetivo de traçar estratégias metodológicas para serem desenvolvidas durante o período letivo. O planejamento dos atendimentos diretos com a estudante com TEA ocorreram de forma multiprofissional, realizado pela equipe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Inicialmente buscou-se uma maior aproximação com o cotidiano acadêmico da estudante, que juntamente com as leituras bibliográficas e os atendimentos individualizados possibilitaram a realização do trabalho colaborativo.

Entre as estratégias e resultados utilizados no decorrer do trabalho realizado, alguns pontos merecem destaque: 1) A estudante teve um forte impacto de adaptação no primeiro semestre do curso, por isso o trabalho foi intensificado na tentativa de uma maior aproximação com as dificuldades da estudante. Os atendimentos psicológicos foram realizados semanalmente. Foram realizados acompanhamento com a genitora, monitoras e docentes; 2) Realizou-se interlocução com os docentes, monitoras e estudante, para buscar novas metodologias que estimulassem o interesse da estudante e facilitasse a aprendizagem. A ferramenta que surgiu e vem sendo utilizada é o uso da arte e da criatividade nos estudos acadêmicos, pois despertou interesse na estudante. Ela utiliza desenhos relacionados aos conteúdos programáticos das disciplinas nas atividades em sala de aula e nas atividades avaliativas. 3) Durante o decorrer do período letivo, a equipe incentivou a estudante a participar do Festival Universitário de Inverno (FUI), evento que acontece uma vez ao ano no Centro de Educação e Saúde (CES-UFCG), com a finalidade de expor suas obras de arte e dialogar com a comunidade acadêmica.

No relatório final do programa, alguns aspectos foram citados pela monitora inclusiva sobre sua impressão ao longo deste processo: 1) Quanto às dificuldades encontradas pela estudante. 2) Sobre o desempenho acadêmico.

A adaptação à rotina universitária foi uma das grandes dificuldades enfrentadas e posteriormente superadas, sendo necessário aos poucos, com muita dedicação e cuidado, explicar como funcionava o mundo acadêmico para auxiliar da melhor forma possível em tudo que a aluna quisesse e sentisse à vontade com minha presença (Relatório Final, 2023).

Percebe-se neste fragmento que a monitora inclusiva expressa um sentimento de angústia quando se depara com as barreiras da inclusão e, para superá-las precisa de tempo, paciência, conhecimento e vivência sobre o TEA. Revela também que ao passar do tempo a estudante consegue avançar no processo de aprendizagem e se adaptar neste período.

No que se refere às atividades avaliativas das disciplinas, a monitora compreende que a busca por novas estratégias de avaliação foi insuficiente e não atendeu às especificidades da estudante:

A busca por metodologias avaliativas que estivessem de acordo com a necessidade específica no entendimento de cada disciplina (que foi relativo)” (Relatório, 2023).

Percebe-se que já existem métodos que possam auxiliar os acadêmicos de TEA nas suas especificidades. No entanto, ainda faltam estes aparatos no Ensino Superior. Precisa-se de uma formação acadêmica continuada para os profissionais que lidam diretamente com este público e que além destas técnicas sinalizadas possam surgir outras de acordo com a individualidade de cada um estudante.

Já na questão específica que atravessa todos os atores envolvidos no processo ensino/aprendizagem desta acadêmica, encontra-se as dificuldades. Como poder auxiliá-la no processo da aprendizagem quando ela está em crise?

“A aprendizagem em como lidar e poder ajudá-la em dias de crise.” (Relatório, 2022)

Para Hulf (2023) o ser humano se auto gerencia através das funções cognitivas executivas (identificação de metas, planejamento de comportamento e execução), no aspecto da percepção sensorial (tato, paladar, audição e visão), e nas habilidades sociais. As pessoas com TEA têm muitas limitações nestas áreas. A formação contínua da equipe técnica, docentes,

monitores inclusivos e toda a comunidade acadêmica é extremamente importante. A intervenção do especialista na área para atender de imediato as demandas em momentos de crise, assim também como os monitores inclusivos e cuidadores tem que está alinhados neste processo

Quando a questão era sobre o desempenho acadêmico:

“A aluna teve uma evolução encantadora em diversos aspectos pessoais e interpessoais, como uma boa adaptação ao mundo acadêmico, que mesmo com dificuldade, teve dedicação para superar e enfrentar, foi notório uma evolução social enorme, onde antes no início do período a mesma não socializava ( não conversava com outras pessoas nem fazia trabalhos em grupo, por exemplo) e com o passar das aulas e do convívio, conseguiu apresentar trabalhos em grupo e dialogar com outras pessoas não só sobre os assuntos relacionados com a universidade uma das principais evoluções, foi a aceitação, onde ela conseguiu reconhecer que a vaga dela foi garantida por mérito próprio e que dentro da universidade todos têm direitos e deveres a serem cumpridos, independentemente de sua necessidade específica. ( Relatório, 2022)

O método tradicional de ensino já não atende às especificidades da educação inclusiva e passa a ser limitante para os estudantes com deficiência. Se faz necessário que haja uma colaboração com todas as pessoas envolvidas no processo de ensino/aprendizagem: administração, docentes, equipe técnica, monitores inclusivos, família.

Compartilhamos da compreensão de Fischer (2019), que afirma que a inclusão de estudantes neuroatípicos conluma por uma pedagogia acessível que considere o indivíduo, alinhado com programas de formação de professores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o período deste relato de experiência, é possível verificar a evolução da estudante nos aspectos relacionados a superação de algumas barreiras, no gerenciamento de suas atividades, sua maior desenvoltura nas relações sociais, autocuidado, amadurecimento, desempenho acadêmico e êxito nas avaliações das disciplinas (sendo considerada aprovada no primeiro semestre do curso).

Este trabalho sinaliza que é preciso investir em estratégias colaborativas, partindo das particularidades do estudante do TEA, dialogando com todos os setores da universidade e buscando desconstruir preconceitos.

É preciso pensar, refletir, dialogar e construir estratégias para promover a participação efetiva dos/as estudantes no contexto universitário e sua permanência com sucesso até a conclusão do curso.

É cada vez mais urgente a reflexão e o diálogo sobre a temática de educação inclusiva na tentativa da desconstrução das barreiras existentes e da promoção de uma cultura mais inclusiva e anticapacitista.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, L. A; CARDOSO, M. D. de O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em: 27 de abril de 2024

BRASIL. **Lei nº 12.764, 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em 29/04/24

BRASIL. **Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em 29/04/24.

DELGADO, S. dos S; TAVARES L.B. **O TEA no ensino superior: conhecimento dos docentes de uma IES paraibana**. Edição contínua- volume 7, número 2, 2022.

FISCHER. M.L. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? Odiário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.4, p.535-552, Out.-Dez., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vK7pnWwcn9pHxtvVB8RMh/?format=pdf>> acesso em 27/04/2024

FORTUNATO, I. O relato de experiência como método de pesquisa educacional. In: \_\_\_\_\_, Ivan; SHIGUNOV NETO, Alexandre (Org.). **Método(s) de pesquisa em educação**. São Paulo: Edições Hipótese, 2018.

GUIMARÃES, Carolina. **Inclusão no Ensino Superior: desafios e possibilidades**. Natal – RN, 2019.

GROGAN, G (2015). Supporting students with. Autism in higher education through teacher educator programs, *SRATE Journal*, 24(2), 8-13

HUF. V. B S, HUF.S.F.,JUNIOR, A.A.P.,LIMA P.R., .Os desafios e superações do TEA no ensino superior: dando voz aos acadêmicos, **REIN**, Taquara/RS, FACCAT, v.12, n.2, p.238-



257, 2023 (ISSN: 2594-4576). Disponível em  
<:file:///C:/Users/Eliane%20Win/Downloads/3093-Texto%20do%20Artigo-8817-2-10-20231222%20(1).pdf> 26/04/2024

SOUZA, Jailson Gomes De et al.. **Desafios da educação inclusiva no ensino superior: relato de experiência realizada no centro de educação e saúde (ces/ufcg)**.. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em:  
<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/99382>>.

TAVARES, B. L., DELGADO S. S. O TEA no ensino superior. Conhecimento dos docentes de uma escola de IES Paraibana. **REIN Revista de Educação Inclusiva**. Edição contínua, vol. 7, nº 2, 2022. Disponível em: <<https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/559>>  
Acesso 24/04/2024.